

DANIEL AMORIM
ASSUMPÇÃO **NEVES**

MANUAL DE DIREITO

PROCESSUAL CIVIL

VOLUME ÚNICO

2020

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

12^a revista
edição atualizada



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

N511m Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil – Volume único / Daniel Amorim Assumpção Neves
– 12. ed. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
1.824 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3191-3.

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual – Brasil. I. Título.

09-2719

CDU: 347.91/95(81)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. JURISDIÇÃO	59
1.1. Conceito.....	59
1.2. Equivalentes jurisdicionais	61
1.2.1. Autotutela.....	61
1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos	62
1.2.2.1. Introdução	62
1.2.2.2. Espécies	63
1.2.2.2.1. Autocomposição.....	63
1.2.2.2.2. Mediação	64
1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação.....	66
1.2.2.2.3.1. Introdução.....	66
1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos.....	66
1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação	67
1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador.....	68
1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos	69
1.2.2.2.3.6. Cadastros.....	74
1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador	75
1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador	76
1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão.....	76
1.2.2.2.3.10. Solução consensual no âmbito administrativo	77
1.2.2.2.3.11. Conciliação e mediação extrajudiciais.....	77
1.2.3. Arbitragem.....	77
1.3. Escopos da jurisdição	80
1.4. Características principais.....	81

1.4.1.	Caráter substitutivo.....	81
1.4.2.	Lide.....	82
1.4.3.	Inércia.....	83
1.4.4.	Definitividade.....	86
1.5.	Princípios da jurisdição.....	87
1.5.1.	Investidura.....	87
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	87
1.5.3.	Indelegabilidade.....	88
1.5.4.	Inevitabilidade.....	89
1.5.5.	Inafastabilidade.....	90
1.5.6.	Juiz natural.....	95
1.5.7.	Promotor natural.....	96
1.6.	Espécies de jurisdição.....	97
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	97
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	97
1.6.3.	Jurisdição comum e especial.....	98
1.7.	Jurisdição voluntária.....	98
1.7.1.	Características.....	98
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	98
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	99
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	99
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	100
1.7.2.	Natureza jurídica.....	101
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	101
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto....	101
1.7.2.3.	Ausência de lide.....	102
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	103
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento.....	103
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	103
1.8.	Tutela jurisdicional.....	104
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	104
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais.....	106
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	109
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais.....	112
1.8.4.1.	Introdução.....	112
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada.....	112
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual.....	114
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	114
1.8.6.	Sistema processual.....	115

2. AÇÃO	123
2.1. Teorias da ação.....	123
2.1.1. Teoria imanentista (civilista).....	123
2.1.2. Teoria concreta da ação.....	124
2.1.3. Teoria abstrata do direito de ação.....	125
2.1.4. Teoria eclética.....	126
2.1.5. Teoria da asserção.....	127
2.2. Condições da ação.....	129
2.2.1. Introdução.....	129
2.2.2. Possibilidade jurídica do pedido.....	131
2.2.3. Interesse de agir.....	132
2.2.4. Legitimidade.....	135
2.3. Elementos da ação.....	137
2.3.1. Introdução.....	137
2.3.2. Partes.....	138
2.3.3. Pedido.....	139
2.3.3.1. Certeza e determinação do pedido.....	140
2.3.3.2. Pedidos genéricos.....	141
2.3.3.2.1. Universalidade de bens.....	141
2.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	142
2.3.3.2.3. Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu.....	144
2.3.3.3. Pedido implícito.....	145
2.3.3.4. Cumulação de pedidos.....	147
2.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	148
2.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si.....	148
2.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	149
2.3.3.4.1.3. Identidade procedimental.....	150
2.3.3.4.2. Espécies de cumulação.....	151
2.3.4. Causa de pedir.....	153
3. PROCESSO	157
3.1. Introdução.....	157
3.1.1. Processo como procedimento.....	157
3.1.2. Processo como contrato.....	158
3.1.3. Processo como um quase contrato.....	158
3.1.4. Processo como relação jurídica.....	158
3.1.5. Processo como situação jurídica.....	159
3.1.6. Processo como procedimento em contraditório.....	160

3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório..	160
3.1.8.	Conclusão	160
3.2.	Procedimento	161
3.3.	Relação jurídica processual	161
3.3.1.	Composição	161
3.3.2.	Características	162
3.3.3.	Pressupostos processuais	163
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz)	165
3.3.3.1.1.	Investidura.....	165
3.3.3.1.2.	Imparcialidade	165
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes)	167
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte	167
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo	167
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória	170
3.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos.....	170
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos.....	170
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos.....	171
3.3.3.3.2.1.	Demanda.....	171
3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta.....	172
3.3.3.3.2.3.	Citação válida.....	172
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal.....	173
3.4.	Princípios processuais.....	173
3.4.1.	Devido processo legal.....	173
3.4.2.	Contraditório	175
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	175
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	177
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes..	178
3.4.2.4.	Contraditório inútil.....	180
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado)	181
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório).....	183
3.4.4.	Motivação das decisões	184
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação.....	184
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais.....	185
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais	186
3.4.4.3.1.	Introdução.....	186
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo	187

3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	187
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	189
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente.....	189
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir	191
3.4.4.3.7.	Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes	191
3.4.4.4.	Fundamentação <i>per relationem</i>	193
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	193
3.4.5.	Isonomia.....	194
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	197
3.4.7.	Princípio da economia processual	200
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas	201
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo.....	203
3.4.10.	Princípio da cooperação	206
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual.....	208
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito	215

4. COMPETÊNCIA **217**

4.1.	Introdução	217
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	218
4.2.1.	Competência relativa.....	219
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa	219
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	221
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa.....	223
4.2.2.	Competência absoluta.....	224
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	224
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta.....	224
4.2.3.	Identities procedimentais	225
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência	225
4.2.3.2.	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados.....	227
4.3.	Crítérios para fixação da competência.....	230
4.4.	Limites da jurisdição nacional	231
4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	231
4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	231
4.4.3.	Litispêndência internacional.....	233
4.5.	Espécies de competência	234

4.5.1.	Competência territorial.....	234
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do CPC....	234
4.5.1.2.	Direito real imobiliário – art. 47 do CPC	236
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do CPC	238
4.5.1.4.	Réu ausente – art. 49 do CPC	239
4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do CPC.....	239
4.5.1.6.	União	240
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF.....	241
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal.....	242
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do CPC.....	242
4.5.1.10.	Ação de alimentos – art. 53, II, do CPC.....	244
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do CPC	245
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do CPC	245
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do CPC.....	246
4.5.1.14.	Obrigação a ser cumprida – art. 53, III, “d”, do CPC.....	246
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do CPC).....	246
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro.....	247
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do CPC.....	247
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do CPC	248
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do CPC.....	248
4.5.2.	Competência funcional.....	249
4.5.2.1.	Conceito.....	249
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?.....	250
	4.5.2.2.1. Art. 47 do CPC – ações reais imobiliárias....	251
	4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	251
4.5.3.	Competência em razão da matéria.....	252
4.5.4.	Competência em razão da pessoa.....	253
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa	253
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	254
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	255
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009	256

4.5.5.4.	Foros regionais (distritais).....	256
4.6.	Competência da justiça federal.....	257
4.6.1.	Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	257
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.....	257
4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal..	257
4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	258
4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	259
4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	260
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta.....	261
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”.....	262
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”.....	262
4.6.2.	Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>).....	263
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”.....	263
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”.....	263
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”.....	264
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”.....	264
4.7.	Prorrogação de competência.....	265
4.7.1.	Conceito.....	265
4.7.2.	Prorrogação legal.....	266
4.7.2.1.	Conexão e continência.....	266
4.7.2.1.1.	Conceito.....	266
4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão.....	267
4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos.....	269
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão....	271

4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa	273
4.7.3.	Prorrogações voluntárias.....	273
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	273
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor.....	275
4.8.	Prevenção.....	275
4.8.1.	Conceito.....	275
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	275
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do CPC.....	276
5.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	279
5.1.	Introdução.....	279
5.2.	Sucumbência e causalidade	279
5.3.	Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	281
5.4.	honorários sucumbenciais recursais	283
5.5.	Valor dos honorários sucumbenciais	287
5.6.	Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais	289
5.7.	Sucumbência recíproca.....	290
5.8.	Pagamento na pessoa da sociedade de advogados	291
5.9.	Termo inicial dos juros	291
5.10.	Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado	292
5.11.	Legitimidade para impugnar e executar.....	293
5.12.	Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais	295
6.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA	299
6.1.	Beneficiários da assistência judiciária.....	299
6.2.	Benefício da gratuidade.....	300
6.3.	Gratuidade e adiantamento de honorários periciais.....	302
6.4.	Concessão parcial de gratuidade e parcelamento.....	303
6.5.	Condenação do beneficiário da gratuidade.....	303
6.6.	Procedimento.....	304
6.6.1.	Forma do pedido de concessão da gratuidade.....	304
6.6.2.	Indeferimento do pedido.....	305
6.6.3.	Deferimento do pedido.....	305
6.6.4.	Impugnação à decisão concessiva do benefício.....	306
6.6.5.	Instrução probatória.....	306
6.6.6.	Revogação do benefício	306
6.6.7.	Recorribilidade.....	306
6.7.	Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade.....	307

7. LITISCONSÓRCIO.....	309
7.1. Conceito.....	309
7.2. Hipóteses de cabimento.....	310
7.3. Classificação do litisconsórcio.....	311
7.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	311
7.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente).....	311
7.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo.....	312
7.3.4. Litisconsórcio unitário e simples.....	313
7.4. Limitação do litisconsórcio facultativo.....	314
7.4.1. Introdução.....	314
7.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	314
7.4.3. Pedido da parte.....	315
7.4.4. Litisconsórcio recusável?.....	316
7.4.5. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo.....	316
7.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções.....	318
7.6. Litisconsórcio ativo necessário?.....	321
7.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?.....	324
7.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário.....	325
7.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo.....	326
7.10. Dinâmica entre os litisconsortes.....	326
7.10.1. Introdução.....	326
7.10.2. Atos de disposição de direito.....	327
7.10.3. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do CPC)....	328
7.10.4. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do CPC).....	329
7.10.5. Produção da prova.....	330
7.10.6. A confissão e o litisconsórcio.....	330
7.10.7. Prazo para os litisconsortes.....	332
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	337
8.1. Intervenções típicas e atípicas.....	337
8.1.1. Processo/fase de conhecimento.....	338
8.1.1.1. Intervenções da Lei 9.469/1997.....	338
8.1.1.2. Ação de alimentos.....	339
8.1.2. Processo/fase de execução.....	343
8.1.3. Ação probatória autônoma.....	343
8.2. Assistência.....	344
8.2.1. Introdução.....	344
8.2.2. Assistência simples (adesiva).....	345
8.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	346

8.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?.....	347
8.2.4.	Procedimento da assistência.....	348
8.2.5.	Os poderes do assistente simples.....	350
8.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	352
8.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão.....	353
8.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada.....	354
8.3.	Denúnciação da lide.....	355
8.3.1.	Conceito.....	355
8.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	356
8.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto.....	357
8.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do CPC).....	357
8.3.3.	Facultatividade.....	359
8.3.4.	Qualidade processual do denunciado.....	361
8.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado.....	362
8.3.6.	Denúnciação sucessiva.....	364
8.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	365
8.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu.....	365
8.4.	Chamamento ao processo.....	368
8.4.1.	Conceito.....	368
8.4.2.	Hipóteses de cabimento.....	370
8.4.3.	Procedimento.....	372
8.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor.....	373
8.5.	<i>Amicus curiae</i>	374
8.5.1.	Introdução.....	374
8.5.2.	Interesse institucional.....	374
8.5.3.	Requisitos.....	375
8.5.4.	Aspectos procedimentais.....	377
8.6.	incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	379
8.6.1.	Introdução.....	379
8.6.2.	Momento.....	382
8.6.3.	Procedimento.....	382
8.6.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	385
8.6.5.	Recorribilidade.....	387
8.5.6.	Fraude à execução.....	388

9. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL 391

9.1.	Negócio jurídico processual.....	391
------	----------------------------------	-----

9.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais	391
9.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	392
9.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais	393
9.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do CPC	394
9.1.4.1.	Introdução	394
9.1.4.2.	Acordo procedimental	395
9.1.4.3.	Posições processuais.....	396
9.1.5.	Momento	397
9.1.6.	Requisitos formais.....	398
9.1.6.1.	Introdução	398
9.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico	398
9.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição.....	399
9.1.6.4.	Nulidade.....	400
9.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão	401
9.1.6.6.	Vulnerabilidade.....	402
9.1.7.	Limites à liberdade das partes.....	403
9.1.7.1.	Introdução	403
9.1.7.2.	Normas fundamentais do processo.....	403
9.1.7.3.	Normas cogentes.....	405
9.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei.....	408
9.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual....	408
9.1.9.	Casuística.....	409
9.2.	Calendário procedimental	410
9.2.1.	Introdução.....	410
9.2.2.	Negócio jurídico plurilateral	411
9.2.3.	Momento de definição do calendário	412
9.2.4.	Revisão excepcional do calendário	412
10.	ATOS PROCESSUAIS.....	415
10.1.	Introdução	416
10.2.	Da Prática Eletrônica de Atos Processuais.....	416
10.2.1.	Introdução.....	416
10.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico.....	416
10.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro	416
10.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual	417
10.2.5.	Publicidade	417
10.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores	418
10.2.7.	Garantias de natureza técnica	418
10.2.8.	Registro do ato processual eletrônico.....	419
10.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.....	420

10.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais.....	420
10.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos.....	421
10.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos.....	421
10.3.	Dos atos das partes.....	421
10.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais.....	421
10.3.2.	Direito de exigir recibo.....	422
10.3.3.	Cotas marginais ou interlineares.....	422
10.4.	Dos Pronunciamentos do Juiz.....	423
10.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau.....	423
10.4.1.1.	Sentença.....	423
10.4.1.2.	Decisão interlocutória.....	423
10.4.1.3.	Despacho.....	423
10.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho.....	424
10.4.1.5.	Atos ordinatórios.....	424
10.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal.....	425
10.4.2.1.	Acórdão.....	425
10.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais.....	425
10.4.4.	Publicação dos pronunciamentos.....	426
10.5.	Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	426
10.5.1.	Autuação.....	426
10.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	427
10.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão.....	427
10.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais.....	428
10.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	428
10.6.	Do tempo dos atos processuais.....	429
10.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00.....	429
10.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual.....	430
10.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados.....	431
10.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	432
10.8.	Dos prazos.....	433
10.8.1.	Espécies de prazos processuais.....	433
10.8.2.	Comparecimento em juízo.....	434
10.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo.....	434
10.8.4.	Contagem do prazo.....	435
10.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico.....	436
10.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo.....	436
10.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária.....	438
10.8.8.	Foro onde for difícil o transporte.....	439
10.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes.....	439
10.8.10.	Preclusão.....	440

10.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	441
10.8.12.	Contagem do prazo.....	442
10.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática.....	442
10.8.14.	Publicação no diário oficial.....	443
10.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	443
10.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial.....	444
10.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	444
10.8.18.	Termo inicial do prazo.....	446
10.8.19.	Contagem e fluência do prazo.....	446
10.8.20.	Atos da parte.....	448
10.8.21.	Atos praticados por carta.....	448
10.8.22.	Excesso de prazo pelo serventuário.....	448
10.8.23.	Restituição dos autos.....	449
10.8.24.	Excesso de prazo pelo magistrado.....	450
10.9.	Comunicação dos atos processuais.....	451
10.9.1.	Formas de comunicação.....	451
10.9.2.	Citação.....	452
10.9.3.	Intimação.....	452
10.9.3.1.	Conceito.....	452
10.9.3.2.	Meios de intimação.....	452
10.9.3.3.	Responsável pela intimação.....	453
10.9.3.4.	Intimação da Fazenda Pública.....	454
10.9.3.5.	Intimação por meio eletrônico.....	454
10.9.3.6.	Intimação por publicação no órgão oficial.....	455
10.9.3.7.	Intimação em nome da sociedade de advogados.....	455
10.9.3.8.	Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	455
10.9.3.9.	Publicação em nome de advogado indicado.....	456
10.9.3.10.	Retirada dos autos de cartório.....	457
10.9.3.11.	Alegação da nulidade.....	458
10.9.3.12.	Intimação pessoal do advogado.....	458
10.9.3.13.	Intimação pelo correio.....	458
10.9.3.14.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	459
10.9.3.15.	Intimação por oficial de justiça.....	459
10.9.3.16.	Intimação ficta.....	459
10.9.4.	Cartas.....	459
10.9.4.1.	Espécies.....	459
10.9.4.2.	Carta de ordem.....	460
10.9.4.3.	Carta rogatória.....	460
10.9.4.4.	Carta precatória.....	461
10.9.4.5.	Carta arbitral.....	461

10.9.4.6.	Requisitos formais.....	461
10.9.4.7.	Prazo para cumprimento.....	463
10.9.4.8.	Princípio do contraditório.....	463
10.9.4.9.	Caráter itinerante	464
10.9.4.10.	Transmissão da carta por telefone	465
10.9.4.11.	Impulso oficial.....	465
10.9.4.12.	Recusa no cumprimento da carta.....	466
10.9.4.13.	Devolução da carta.....	468
10.10.	Ordem cronológica de julgamento	469
10.10.1.	Introdução.....	469
10.10.2.	Publicidade.....	470
10.10.3.	Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento.....	470
10.10.4.	Exceções à ordem cronológica	470
10.10.5.	Dever ou faculdade?.....	472
11.	VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	475
11.1.	Introdução	475
11.2.	Vício e nulidade.....	476
11.3.	Classificação.....	478
11.4.	Mera irregularidade.....	479
11.5.	Nulidades relativas.....	479
11.6.	Nulidade absoluta.....	481
11.7.	Inexistência jurídica.....	483
11.8.	Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	484
12.	TUTELA PROVISÓRIA	487
12.1.	Introdução	487
12.2.	Disposições gerais da tutela provisória.....	489
12.2.1.	Introdução.....	489
12.2.2.	Tutela provisória antecedente ou incidental	489
12.2.3.	Efetivação da tutela provisória.....	490
12.2.4.	Provisoriedade	492
12.2.4.1.	Introdução	492
12.2.4.2.	Revogação expressa ou tácita	492
12.2.4.3.	Tutela provisória e agravo de instrumento	494
12.2.4.4.	Fundamento e forma da revogação da tutela provisória	495
12.2.4.5.	Tutela cautelar concedida em sentença.....	497
12.2.5.	Discricionariedade e fundamentação da decisão.....	498
12.2.6.	Competência.....	499
12.2.6.1.	Regra de competência	499
12.2.6.2.	Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do CPC.....	499
12.2.6.3.	Competência e prevenção do juízo.....	501

	12.2.6.3.1.	Juízo competente e prevenção.....	501
	12.2.6.3.2.	Juízo incompetente e prevenção.....	501
	12.2.6.4.	Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	502
12.3.		Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	503
	12.3.1.	Introdução.....	503
	12.3.2.	Identidades.....	506
	12.3.2.1.	Requisitos para concessão.....	506
	12.3.2.2.	Caução.....	507
	12.3.2.3.	Responsabilidade objetiva.....	509
	12.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	510
	12.3.2.3.1.1.	Sentença desfavorável (art. 302, I, do CPC).....	510
	12.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do CPC).....	511
	12.3.2.3.1.3.	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do CPC).....	511
	12.3.2.3.1.4.	Sentença de prescrição e decadência (art. 302, IV, do CPC).....	511
	12.3.3.	Liquidação e execução.....	512
	12.3.4.	Concessão de ofício.....	513
	12.3.5.	Audiência de justificação.....	513
	12.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	514
12.4.		Tutela antecipada.....	515
	12.4.1.	Objeto da antecipação.....	515
	12.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	518
	12.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade.....	519
	12.4.4.	Legitimação.....	521
	12.4.5.	Momento da antecipação.....	523
	12.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caracter antecedente.....	523
	12.4.5.1.1.	Procedimento.....	523
	12.4.5.1.2.	Estabilização da tutela antecipada.....	525
	12.4.5.1.2.1.	Introdução.....	525
	12.4.5.1.2.2.	Estabilização de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	525

	12.4.5.1.2.3. Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada ..	526
	12.4.5.1.2.4. Tutela antecipada parcial	527
	12.4.5.1.2.5. Recurso do réu	528
	12.4.5.1.2.6. Qual é o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do CPC?	530
	12.4.5.1.2.7. Vontade do autor	531
	12.4.5.1.2.8. Litisconsórcio e assistência	532
	12.4.5.1.2.9. Extinção do processo	533
	12.4.5.1.2.10. Inexistência de coisa julgada ..	533
	12.4.5.1.2.11. Ação no prazo de 2 anos	534
	12.4.5.1.2.12. Ação rescisória	535
	12.4.5.2. Tutela antecipada requerida em caráter incidental	536
	12.4.5.2.1. Introdução	536
	12.4.5.2.2. <i>Inaudita altera parte</i>	536
12.4.6.	Sentença	538
12.4.7.	Fase recursal	540
12.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	542
12.5.	Tutela cautelar	545
12.5.1.	Autonomia	545
12.5.2.	Sumariedade	546
12.5.3.	Instrumentalidade	547
12.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar	548
12.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	550
	12.5.5.1. Introdução	550
	12.5.5.2. Procedimento	550
	12.5.5.2.1. Petição inicial	550
	12.5.5.2.2. Contraditório na demanda cautelar	552
	12.5.5.2.3. Revelia	552
	12.5.5.2.4. Instrução probatória	553
	12.5.5.2.5. Sentença	553
12.5.6.	Coisa julgada material	554
12.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal	556
	12.5.7.1. Concessão e efetivação da tutela	556
	12.5.7.2. Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação	559
12.5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar	560
	12.5.8.1. Não dedu�o do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do CPC)	560
	12.5.8.2. Ausência de efetiva�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do CPC)	560

12.5.8.3.	Improcedência do pedido principal ou extinção terminativa do processo (art. 309, III, do CPC).....	561
12.6.	Tutela da evidência.....	562
12.6.1.	Introdução.....	562
12.6.2.	Hipóteses de cabimento.....	562
12.6.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	562
12.6.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores.....	564
12.6.2.3.	Prova documental em ação reipersecutória.....	566
12.6.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz.....	566
12.6.3.	Procedimento.....	567
12.6.4.	Tutela da evidência atípica.....	567

13. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO..... 569

13.1.	Formação do processo.....	569
13.1.1.	Formação gradual da relação jurídica processual.....	569
13.1.2.	Momento da propositura da ação.....	570
13.1.3.	Litispendência.....	570
13.2.	Suspensão do processo.....	571
13.2.1.	Suspensão do procedimento.....	571
13.2.2.	Suspensão própria e imprópria.....	571
13.2.3.	Decisão de suspensão do processo.....	572
13.2.4.	Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo.....	572
13.2.5.	Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	573
13.2.6.	Dissolução de sociedade.....	574
13.2.7.	Morte ou perda de capacidade processual do representante legal... ..	574
13.2.8.	Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	575
13.2.9.	Convenção das partes.....	576
13.2.10.	Arguição de impedimento ou de suspeição.....	577
13.2.11.	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	577
13.2.12.	Prejudicialidade.....	578
13.2.13.	Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	579
13.2.14.	Força maior.....	580
13.2.15.	Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marítimo.....	580
13.2.16.	Demais casos regulados pelo Código de Processo Civil.....	581
13.2.17.	Pelo parto ou adoção.....	581
13.2.18.	Pela paternidade.....	582
13.2.19.	Prazo de suspensão.....	582

13.2.20.	Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo	583
13.2.21.	Arguição de suspeição e impedimento do juiz	583
13.2.22.	Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal	584
13.3.	Extinção do processo	585
13.3.1.	Extinção do processo	585
13.3.2.	Impropriedade do termo "extinção parcial do processo"	585
13.3.3.	Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença terminativa	585
13.3.4.	Reconhecimento jurídico do pedido	586
14.	PETIÇÃO INICIAL	587
14.1.	Introdução	587
14.2.	Requisitos estruturais da petição inicial	588
14.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial	588
14.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação	589
14.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	591
14.2.4.	Pedido	591
14.2.5.	Valor da causa	592
14.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	594
14.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação	595
14.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda	596
15.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL	599
15.1.	Introdução	599
15.2.	Emenda da petição inicial	599
15.3.	Indeferimento da petição inicial	603
15.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação	603
15.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial	606
15.3.2.1.	Inépcia da petição inicial	606
15.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte	606
15.3.2.3.	Falta de interesse de agir	607
15.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial	607
15.4.	Julgamento liminar de improcedência	607
15.4.1.	Introdução	607
15.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar	609
15.4.3.	Conduta do juiz	611
15.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?	612
15.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal	613
15.5.	Citação	615

15.5.1.	Conceito.....	615
15.5.2.	Efeitos da citação.....	616
15.5.2.1.	Efeitos processuais.....	617
15.5.2.1.1.	Indução à litispendência.....	617
15.5.2.1.2.	Estabilização da demanda.....	617
15.5.2.2.	Efeitos materiais.....	618
15.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa.....	618
15.5.2.2.2.	Constituição em mora do devedor.....	619
15.5.2.2.3.	Interrupção da prescrição.....	620
15.5.3.	Modalidades de citação.....	621
15.5.3.1.	Correio.....	621
15.5.3.2.	Oficial de justiça.....	623
15.5.3.3.	Edital.....	625
15.5.3.4.	Meio eletrônico.....	628
15.5.3.5.	Comparecimento do réu em cartório.....	630
16.	AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....	631
16.1.	Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação.....	631
16.2.	CONCILIADOR E MEDIADOR.....	632
16.3.	Número de sessões.....	633
16.4.	Intimação do autor.....	634
16.5.	Desinteresse das partes na realização da audiência.....	635
16.6.	Não realização de audiência quando o direito material não admitir autocomposição.....	637
16.7.	Outras hipóteses de dispensa da audiência.....	637
16.8.	Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio.....	638
16.9.	Ato atentatório à dignidade da justiça.....	638
16.10.	Presença de advogado ou defensor público.....	639
16.11.	Representante com poderes para negociar e transigir.....	640
16.12.	Redução a termo da homologação por “sentença”.....	640
16.13.	Pauta.....	640
17.	RESPOSTAS DO RÉU.....	641
17.1.	Introdução.....	641
17.2.	Contestação.....	642
17.2.1.	Prazo.....	642
17.2.2.	Matérias de defesa.....	644
17.2.2.1.	Defesas processuais.....	644
17.2.2.1.1.	Defesas dilatórias.....	644
17.2.2.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC)....	644

	17.2.2.1.1.2.	Incompetência do juízo (art. 337, II, do CPC).....	645
	17.2.2.1.1.3.	Conexão/continência (art. 337, VIII, do CPC).....	647
17.2.2.1.2.		Defesas peremptórias.....	647
	17.2.2.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	647
	17.2.2.1.2.2.	Perempção (art. 337, V, do CPC).....	648
	17.2.2.1.2.3.	Litispendência (art. 337, VI, do CPC).....	649
	17.2.2.1.2.4.	Coisa julgada (art. 337, VII, do CPC).....	649
	17.2.2.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC).....	649
	17.2.2.1.2.6.	Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do CPC).....	650
17.2.2.1.3.		Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	650
	17.2.2.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	650
	17.2.2.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC).....	651
	17.2.2.1.3.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC).....	651
	17.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI do CPC).....	653
	17.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC).....	656
17.2.2.2.		Defesas de mérito.....	656
	17.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta.....	656
	17.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta.....	657
17.2.3.		Princípio da impugnação específica dos fatos.....	658
17.2.4.		Princípio da eventualidade.....	659
17.3.		Reconvenção.....	660
	17.3.1.	Conceito.....	660
	17.3.2.	Condições da ação.....	661
	17.3.2.1.	Legitimidade de parte.....	661

17.3.2.2.	Interesse de agir.....	663
17.3.3.	Pressupostos processuais.....	664
17.3.4.	Procedimento.....	665
18.	REVELIA	669
18.1.	Conceito.....	669
18.2.	Efeitos	670
18.2.1.	Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	670
18.2.2.	Desnecessidade de intimação do réu revel.....	674
18.2.3.	Julgamento antecipado do mérito	675
18.3.	Modificação objetiva da demanda.....	676
18.4.	Ingresso do réu revel no processo.....	677
18.4.1.	Participação do réu revel no procedimento probatório.....	678
18.4.1.1.	Provas causais.....	678
18.4.1.2.	Provas pré-constituídas.....	679
19.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	681
19.1.	Providências preliminares.....	681
19.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	682
19.2.1.	Introdução.....	682
19.2.2.	Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	683
19.2.3.	Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do CPC	684
19.2.4.	Julgamento antecipado do mérito.....	685
19.2.5.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	687
19.2.6.	Saneamento e organização do processo.....	689
20.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	695
20.1.	Introdução	695
20.2.	Procedimento.....	697
20.2.1.	Abertura e pregão das partes.....	697
20.2.2.	Conciliação (tentativa de autocomposição)	698
20.2.3.	Fixação dos pontos controvertidos	699
20.2.4.	Esclarecimentos do perito	700
20.2.5.	Depoimento pessoal.....	701
20.2.6.	Oitiva das testemunhas	701
20.2.7.	Debates orais.....	701
20.2.8.	Prolação da sentença	702
20.3.	Audiência una e contínua.....	702
20.4.	Adiamento da audiência	703
21.	PROVAS.....	707

21.1.	Teoria geral das provas.....	707
21.1.1.	Conceito de prova.....	707
21.1.2.	Espécies de prova.....	708
21.1.3.	A verdade possível e a verossimilhança.....	709
21.1.4.	A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”.....	710
21.1.5.	Direito à prova no processo civil.....	712
21.1.6.	Objeto da prova.....	713
21.1.6.1.	Exclusão do objeto de prova (art. 374 do CPC).....	713
21.1.6.2.	Relevância e pertinência.....	714
21.1.6.3.	Fatos notórios.....	714
21.1.6.4.	Fatos confessados.....	715
21.1.6.5.	Ausência de controvérsia.....	716
21.1.6.6.	Presunção.....	716
21.1.6.7.	Prova do direito (art. 376 do CPC).....	718
21.1.7.	Ônus da prova.....	718
21.1.7.1.	Regras de distribuição do ônus da prova.....	719
21.1.7.2.	Inversão do ônus da prova.....	721
21.1.7.3.	Momento de inversão do ônus da prova.....	723
21.1.7.4.	Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	725
21.1.8.	A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz).....	726
21.1.9.	Preclusões para o juiz na atividade probatória.....	728
21.1.10.	Valoração da prova.....	729
21.1.11.	Prova emprestada.....	732
21.1.12.	Prova ilícita.....	735
21.1.12.1.	Proibição constitucional às provas ilícitas.....	736
21.1.13.	Provas atípicas.....	738
21.1.14.	Ação probatória autônoma.....	739
21.1.14.1.	Introdução.....	739
21.1.14.2.	Cabimento.....	739
21.1.14.3.	Competência.....	741
21.1.14.4.	Procedimento.....	742
21.2.	Provas em espécie.....	746
21.2.1.	Ata notarial.....	746
21.2.1.1.	Introdução.....	746
21.2.1.2.	Cabimento.....	747
21.2.1.3.	Procedimento.....	747
21.2.2.	Depoimento pessoal.....	748
21.2.2.1.	Conceito.....	748
21.2.2.2.	Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	749
21.2.2.3.	Consequências do depoimento pessoal.....	750
21.2.2.4.	Procedimento.....	752

21.2.3.	Da confissão.....	754
21.2.3.1.	Conceito.....	754
21.2.3.2.	Espécies de confissão.....	755
21.2.3.3.	Indivisibilidade da confissão.....	757
21.2.3.4.	Invalidação da confissão.....	757
21.2.4.	Da exibição de documento ou coisa.....	758
21.2.4.1.	Conceito.....	758
21.2.4.2.	Aspectos procedimentais comuns.....	760
21.2.4.3.	Procedimento contra a parte contrária.....	761
21.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	764
21.2.5.	Da prova documental.....	765
21.2.5.1.	Conceito.....	765
21.2.5.2.	Documento público e sua força probante.....	766
21.2.5.3.	Documento particular e sua força probante.....	767
21.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	769
21.2.5.4.1.	Natureza jurídica e objeto.....	769
21.2.5.4.2.	Procedimento.....	770
21.2.5.5.	Produção da prova documental.....	772
21.2.6.	Da prova testemunhal.....	774
21.2.6.1.	Conceito.....	774
21.2.6.2.	Cabimento.....	774
21.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	776
21.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha.....	777
21.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	780
21.2.7.	Da prova pericial.....	784
21.2.7.1.	Conceito e espécies.....	784
21.2.7.2.	Cabimento.....	785
21.2.7.3.	Procedimento.....	786
21.2.7.3.1.	Indicação do perito.....	786
21.2.7.3.2.	Escusa do perito.....	789
21.2.7.3.3.	Prova pericial complexa.....	789
21.2.7.3.4.	Substituição do perito.....	790
21.2.7.3.5.	Atos preparatórios.....	791
21.2.7.3.6.	Intimação prévia das partes.....	793
21.2.7.3.7.	Apresentação do laudo.....	793
21.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	796
21.2.7.5.	Segunda perícia.....	797
21.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	797
21.2.8.	Da inspeção judicial.....	798
21.2.8.1.	Conceito.....	798
21.2.8.2.	Procedimento.....	799

22. SENTENÇA.....	801
22.1. Conceito legal de sentença.....	801
22.2. Classificação das sentenças.....	804
22.2.1. Conteúdo da sentença.....	804
22.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária.....	804
22.2.1.2. Sentença meramente declaratória.....	805
22.2.1.3. Sentença constitutiva.....	808
22.2.1.4. Sentença condenatória.....	809
22.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	809
22.2.1.6. Sentença mandamental.....	810
22.2.2. Resolução de mérito.....	811
22.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 485 do CPC).....	811
22.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial.....	811
22.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	811
22.2.2.1.3. Abandono do processo.....	813
22.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	814
22.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência.....	814
22.2.2.1.6. Carência da ação.....	815
22.2.2.1.7. Convenção de arbitragem.....	815
22.2.2.1.8. Desistência da ação.....	816
22.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis.....	817
22.2.2.1.10. Repropositura da ação.....	818
22.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 487 do CPC).....	820
22.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	821
22.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	821
22.2.2.2.3. Transação.....	822
22.2.2.2.4. Prescrição e decadência.....	822
22.2.2.2.5. Renúncia.....	822
22.3. Elementos da sentença.....	823
22.3.1. Relatório.....	823
22.3.2. Fundamentação.....	824
22.3.3. Dispositivo.....	825
22.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	826
22.4. Sentença líquida.....	826
22.5. Princípio da congruência.....	827
22.5.1. Conceito.....	827
22.5.2. Exceções ao princípio da congruência.....	829
22.6. Sentença <i>extra petita</i>	830

22.6.1.	Conceito	830
22.6.2.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	831
22.7.	Sentença <i>ultra petita</i>	832
22.7.1.	Conceito	832
22.7.2.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	833
22.8.	Sentença <i>citra petita (infra petita)</i>	833
22.8.1.	Conceito	833
22.8.2.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	835
22.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença	837
22.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante	838
22.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer	839
22.12.	Capítulos de sentença	839
23.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	841
23.1.	Natureza jurídica da liquidação	841
23.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	841
23.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação	843
23.4.	Vedação à sentença ilíquida	843
23.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo	844
23.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?	845
23.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada	847
23.8.	Liquidação como forma de frustração da execução	848
23.9.	Natureza jurídica da liquidação	851
23.10.	Legitimidade ativa	852
23.11.	Competência	853
23.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do CPC)	853
23.13.	Espécies de liquidação	855
23.13.1.	Introdução	855
23.13.2.	Liquidação por arbitramento	855
23.13.2.1.	Cabimento	855
23.13.2.2.	Procedimento	856
23.13.3.	Liquidação pelo procedimento comum	857
24.	COISA JULGADA	861
24.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material	861
24.2.	Coisa julgada total e parcial	862
24.3.	Conceito e natureza jurídica	863
24.4.	Função negativa da coisa julgada	865
24.5.	Função positiva da coisa julgada	866
24.6.	Limites objetivos da coisa julgada	868
24.7.	Limites subjetivos da coisa julgada	874

24.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	879
24.9.	Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.....	880
24.10.	Relativização da coisa julgada.....	881
24.10.1.	Introdução.....	881
24.10.2.	Coisa julgada inconstitucional.....	881
24.10.3.	Coisa julgada injusta inconstitucional.....	886
24.11.	Coisa julgada secundum <i>eventum probationis</i>	890
24.12.	Coisa julgada secundum <i>eventum litis</i>	894
25.	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	897
25.1.	Introdução.....	897
25.2.	Consignação extrajudicial.....	897
25.3.	Competência.....	899
25.4.	Legitimidade.....	900
25.5.	Objeto da demanda consignatória.....	901
25.6.	Procedimento.....	902
25.7.	Complementação do depósito.....	905
25.8.	Consignação de prestações sucessivas.....	906
25.9.	Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito..	907
25.10.	Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	908
26.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	911
26.1.	Introdução.....	911
26.2.	Legitimidade.....	912
26.3.	Natureza dúplice.....	913
26.4.	Competência.....	914
26.5.	Procedimento.....	914
27.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	919
27.1.	Proteção possessória.....	919
27.2.	Fungibilidade.....	920
27.3.	Ação dúplice?.....	921
27.4.	Competência.....	922
27.5.	Legitimação.....	923
27.6.	Exceção de domínio.....	924
27.7.	Cumulação de pedidos.....	925
27.8.	Procedimento.....	926
27.8.1.	Reintegração e manutenção de posse.....	926
27.8.2.	Interdito proibitório.....	931
27.8.3.	Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse.....	931

28. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	933
28.1. Introdução.....	933
28.2. Procedimento da ação de demarcação.....	935
28.3. Procedimento da ação de divisão.....	936
29. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	939
29.1. Introdução.....	939
29.2. Pretensões veiculáveis.....	940
29.3. Legitimidade ativa.....	941
29.4. Legitimidade passiva.....	943
29.5. Procedimento.....	944
30. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	947
30.1. Introdução.....	947
30.2. Inventário negativo.....	948
30.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	949
30.4. Questões que dependam de prova não documental.....	949
30.5. Administrador provisório.....	950
30.6. Inventariante.....	951
30.7. Arrolamento sumário.....	953
30.8. Arrolamento comum.....	956
30.9. Procedimento do inventário.....	956
30.10. Colação.....	962
30.11. Sonegação.....	963
30.12. Pagamento das dívidas.....	964
30.13. Herdeiro preterido.....	965
30.14. Partilha.....	966
31. EMBARGOS DE TERCEIRO	973
31.1. Conceito.....	973
31.2. Legitimação.....	974
31.2.1. Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”.....	974
31.2.2. Legitimação passiva.....	978
31.3. Competência.....	979
31.4. Prazo para propositura dos embargos de terceiro.....	980
31.5. Procedimento.....	981
32. OPOSIÇÃO.....	985
32.1. Objeto e natureza jurídica.....	985
32.2. Procedimento.....	986

33. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	989
33.1. Introdução	989
33.2. Procedimento	990
34. AÇÕES DE FAMÍLIA	993
34.1. Cabimento	993
34.2. Incentivo às formas consensuais do conflito	993
34.3. Audiência de mediação e conciliação	994
34.4. Ministério Público	996
34.5. Depoimento pessoal do incapaz	996
35. AÇÃO MONITÓRIA.....	997
35.1. Conceito	997
35.2. Natureza Jurídica	998
35.3. Admissibilidade	999
35.4. Fazenda Pública e ação monitória	1002
35.5. Incapaz e ação monitória	1003
35.6. Propositura da monitória	1004
35.7. Citação do réu	1006
35.8. Posturas do réu	1007
35.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1008
35.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1009
35.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1010
35.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	1012
35.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento	1012
35.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório	1015
35.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório	1017
35.16. Fase de cumprimento de sentença	1020
36. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	1023
36.1. Introdução	1023
36.2. Natureza Jurídica	1024
36.3. Homologação Extrajudicial	1024
36.4. Penhor legal e autotutela	1025
36.5. Procedimento	1027
37. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	1031
37.1. Declaração de abertura de avaria grossa	1031
37.2. Oferecimento de garantias	1031

37.3.	Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa	1032
37.4.	Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação	1032
37.5.	Apresentação de documentos	1033
37.6.	Apresentação do regulamento de avaria grossa	1033
37.7.	Impugnação	1033
37.8.	Sentença "homologatória"	1034
37.9.	Regulador e perito judicial	1034
38.	AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS	1035
38.1.	Introdução	1035
38.2.	Legitimidade	1036
38.3.	Competência	1036
38.4.	Procedimento	1037
39.	FORMAS EXECUTIVAS	1041
39.1.	Introdução	1041
39.2.	Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva	1041
39.3.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	1044
40.	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	1049
40.1.	Introdução	1049
40.2.	<i>Nulla executio sine titulo</i>	1049
40.3.	Patrimonialidade	1051
40.4.	Desfecho único	1052
40.5.	Disponibilidade da execução	1053
40.6.	Utilidade	1056
40.7.	Menor onerosidade	1056
40.8.	Lealdade e boa-fé processual	1058
40.9.	Contraditório	1061
40.10.	Atipicidade dos meios executivos	1062
41.	SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO	1067
41.1.	Introdução	1067
41.2.	Diferentes espécies de legitimidade na execução	1068
41.2.1.	Polo ativo	1068
41.2.2.	Polo passivo	1069
41.3.	Legitimação ativa	1069
41.3.1.	Credor a quem a lei confere título executivo	1069
41.3.2.	Legitimidade do Ministério Público	1070
41.3.3.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	1072
41.3.4.	Legitimidade do cessionário e do sub-rogado	1073

41.4.	Legitimidade passiva.....	1074
41.4.1.	Sujeito que figura no título como devedor.....	1074
41.4.2.	Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	1074
41.4.3.	Novo devedor.....	1075
41.4.4.	Fiador.....	1075
41.4.5.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	1077
41.4.6.	Responsável tributário.....	1078
41.4.7.	Legitimidade do responsável secundário.....	1079
41.5.	Intervenção de terceiros na execução.....	1081
41.5.1.	Intervenções típicas.....	1081
41.5.2.	Intervenções atípicas.....	1083

42. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO..... 1085

42.1.	Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	1085
42.1.1.	Introdução.....	1085
42.1.2.	Competência executiva dos tribunais.....	1085
42.1.3.	Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	1086
42.1.3.1.	Exceções à regra do art. 516, II, do CPC.....	1088
42.1.3.2.	Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	1089
42.1.3.3.	A regra do art. 516, parágrafo único, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	1090
42.1.4.	Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.....	1091
42.2.	Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial).....	1092

43. TÍTULO EXECUTIVO 1095

43.1.	Introdução.....	1095
43.2.	Requisitos formais da obrigação exequenda.....	1097
43.3.	Títulos executivos judiciais.....	1098
43.3.1.	Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	1098
43.3.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	1103
43.3.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	1104
43.3.4.	Formal e certidão de partilha.....	1105
43.3.5.	Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	1106
43.3.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1106
43.3.7.	Sentença arbitral.....	1109

43.3.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1110
43.3.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça	1112
43.4.	Títulos executivos extrajudiciais.....	1112
43.4.1.	Introdução.....	1112
43.4.2.	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque..	1113
43.4.3.	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	1114
43.4.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	1114
43.4.5.	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	1115
43.4.6.	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	1116
43.4.7.	Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	1116
43.4.8.	Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	1117
43.4.9.	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	1118
43.4.10.	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1118
43.4.11.	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	1119
43.4.12.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	1120
43.4.13.	Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	1121

44. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... 1123

44.1.	Obrigações e responsabilidade patrimonial.....	1123
44.2.	Inexistência de responsabilidade pessoal.....	1124
44.3.	Bens que respondem pela satisfação na execução.....	1125
44.4.	Impenhorabilidade de bens.....	1126
44.4.1.	Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	1126
44.4.2.	As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro.....	1127
44.4.2.1.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	1128
44.4.2.2.	Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do CPC).....	1129

44.4.2.3.	Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do CPC).....	1130
44.4.2.4.	Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do CPC)	1131
44.4.2.5.	Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do CPC).....	1136
44.4.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC).....	1139
44.4.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do CPC).....	1139
44.4.2.8.	Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC).....	1139
44.4.2.9.	Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	1140
44.4.2.10.	Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC).....	1141
44.4.2.11.	Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do CPC)....	1142
44.4.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC).....	1143
44.5.	Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície.....	1143
44.6.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	1144
44.6.1.	Bens do sucessor a título singular.....	1144
44.6.2.	Bens do sócio, nos termos da lei.....	1145
44.6.3.	Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	1146
44.6.4.	Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.....	1147
44.6.5.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.....	1151
44.6.6.	Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.....	1151
44.6.7.	Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	1152
44.7.	Fraudes do devedor.....	1153
44.7.1.	Fraude contra credores.....	1153
44.7.2.	Fraude à execução.....	1156
45.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	1163
45.1.	Conceito.....	1163
45.2.	Caução na execução provisória.....	1164
45.2.1.	Função.....	1164
45.2.2.	Natureza jurídica.....	1165

45.2.3.	Requisitos formais.....	1166
45.2.4.	Momento de prestação da caução.....	1167
45.2.5.	Atuação de ofício?.....	1167
45.3.	Dispensa da caução.....	1168
45.4.	Responsabilidade objetiva do exequente.....	1171
45.5.	Formalização dos autos da execução provisória.....	1172
45.6.	Cabimento de multa pelo não pagamento.....	1173
45.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	1174
45.8.	Honorários advocatícios.....	1175
46.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	1177
46.1.	Introdução.....	1177
46.2.	Aspectos procedimentais.....	1178
46.3.	Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	1179
46.3.1.	Vontade do exequente.....	1179
46.3.2.	Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	1181
46.3.3.	Onerosidade excessiva.....	1181
46.3.4.	Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1182
46.4.	Atipicidade das formas executivas.....	1182
46.4.1.	Prisão civil.....	1183
46.5.	Multa coercitiva.....	1185
46.5.1.	Introdução.....	1185
46.5.2.	Valor da multa.....	1186
46.5.3.	Beneficiado pela multa.....	1187
46.5.4.	Fazenda Pública em juízo.....	1188
46.5.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	1188
46.5.6.	Exigibilidade da multa.....	1192
46.5.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	1194
47.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	1195
47.1.	Introdução.....	1195
47.2.	Aspectos procedimentais.....	1196
48.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA.....	1197
48.1.	Introdução.....	1197
48.2.	Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença.....	1197
48.3.	Requerimento inicial.....	1198
48.4.	Aparente excesso dos cálculos.....	1200

48.5.	Intimação do executado	1202
48.6.	Cumprimento da obrigação	1203
48.7.	Não pagamento no prazo de 15 dias	1204
48.7.1.	Introdução.....	1204
48.7.2.	Fixação de honorários advocatícios	1205
48.7.3.	Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo	1206
48.7.4.	Protesto extrajudicial da sentença	1208
48.7.5.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	1208
48.7.6.	Expedição do mandado de penhora e avaliação	1208
48.7.7.	Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	1209
49.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	1211
49.1.	Introdução	1211
49.2.	Execução das obrigações de fazer.....	1212
49.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1216
50.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	1219
50.1.	Execução de entrega de coisa certa.....	1219
50.2.	Execução de entrega de coisa incerta	1222
51.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA....	1225
51.1.	Início do processo de execução	1225
51.1.1.	Petição inicial	1225
51.1.2.	Averbação da execução	1230
51.1.3.	Pronunciamento que determina a citação do executado	1233
51.1.4.	Não localização do executado e de seus bens.....	1234
51.1.5.	Arresto executivo.....	1235
51.1.6.	Posturas do executado citado.....	1236
51.2.	Pagamento parcelado	1238
51.2.1.	Introdução.....	1238
51.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1239
51.2.3.	Requisitos formais.....	1240
51.2.4.	Procedimento	1242
51.2.5.	Inadimplemento das parcelas	1243
51.3.	Penhora	1243
51.3.1.	Definição e efeitos.....	1243
51.3.2.	Ordem legal da penhora.....	1246
51.3.3.	Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito	1249
51.3.3.1.	Depósito do bem penhorado.....	1249
51.3.3.2.	Intimação da penhora.....	1249
51.3.4.	Do lugar de realização da penhora	1250
51.3.5.	Penhora de dinheiro pelo sistema BacenJud (on-line).....	1251

51.3.6.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1257
51.3.7.	Procedimento da penhora.....	1259
51.3.8.	Substituição do bem penhorado.....	1261
51.3.9.	Penhoras especiais	1263
51.4.	Avaliação.....	1270
51.5.	Formas de expropriação.....	1273
51.5.1.	Introdução.....	1273
51.5.2.	Adjudicação	1273
51.5.2.1.	Introdução	1273
51.5.2.2.	Novo sistema de adjudicação.....	1274
51.5.2.3.	Momento da adjudicação	1275
51.5.2.4.	Intimação do executado.....	1276
51.5.2.5.	Valor da adjudicação.....	1276
51.5.2.6.	Legitimados a adjudicar.....	1277
51.5.2.7.	Concurso de pretendentes à adjudicação.....	1278
51.5.2.8.	Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar	1280
51.5.2.9.	Auto de adjudicação.....	1281
51.5.2.10.	Adjudicação provisória.....	1282
51.6.	Alienação por iniciativa particular.....	1282
51.6.1.	Introdução.....	1282
51.6.2.	Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1283
51.6.3.	Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	1283
51.6.4.	Requisitos para a alienação.....	1285
51.7.	Arrematação.....	1286
51.7.1.	Introdução.....	1286
51.7.2.	Requisitos formais do leilão judicial	1287
51.7.3.	Publicidade do edital.....	1289
51.7.4.	Comunicações do leilão judicial	1291
51.7.5.	Realização do leilão judicial	1293
51.7.6.	Leilão judicial por meio eletrônico.....	1294
51.7.7.	Legitimados a arrematar.....	1295
51.7.8.	Procedimento do leilão judicial	1296
51.7.9.	Arrematação viciada.....	1300
51.7.10.	Alienação antecipada.....	1302
51.8.	Entrega de dinheiro ao credor.....	1303

52. EXECUÇÕES ESPECIAIS..... 1307

52.1.	EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....	1307
52.1.1.	Introdução.....	1307
52.1.2.	Forma executiva.....	1309

52.1.2.1.	Introdução.....	1309
52.1.2.1.1.	Procedimento.....	1310
52.1.2.1.1.1.	Introdução.....	1310
52.1.2.1.1.2.	Diferentes procedimentos.....	1311
52.1.2.1.1.3.	Execução por sub-rogação.....	1312
52.1.2.1.1.4.	Execução indireta – Protesto.....	1313
52.1.2.1.1.5.	Execução indireta – Prisão civil.....	1314
52.2.	Execução contra a fazenda pública.....	1319
52.2.1.	Introdução.....	1319
52.2.2.	Forma executiva.....	1321
52.2.3.	Procedimento.....	1321
52.2.3.1.	Cumprimento de sentença.....	1321
52.2.3.2.	Processo de execução.....	1323
52.2.4.	Regime dos precatórios.....	1324
52.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1326
52.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do calote).....	1327
52.2.7.	Dispensa de precatório.....	1329
52.2.8.	Preterição no pagamento.....	1330

53. DEFESAS DO EXECUTADO 1333

53.1.	Introdução.....	1333
53.2.	Embargos à execução.....	1333
53.2.1.	Natureza jurídica dos embargos.....	1333
53.2.2.	Garantia do juízo.....	1334
53.2.3.	Prazo dos embargos.....	1335
53.2.4.	Competência.....	1337
53.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	1338
53.2.5.1.	Intempestividade dos embargos.....	1338
53.2.5.2.	Indeferimento da petição inicial.....	1340
53.2.5.3.	Julgamento liminar de improcedência.....	1340
53.2.5.4.	Embargos manifestamente protelatórios.....	1341
53.2.6.	Efeito suspensivo.....	1342
53.2.6.1.	Requisitos.....	1342
53.2.6.2.	Ausência de preclusão judicial.....	1345
53.2.6.3.	Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1346
53.2.6.4.	Suspensão parcial do processo.....	1347
53.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	1348
53.2.7.1.	Início do procedimento.....	1348
53.2.7.2.	Revelia.....	1349
53.2.7.3.	Outras reações.....	1350
53.2.7.4.	Decisão dos embargos.....	1351

53.2.7.5.	Matérias que podem ser objeto de embargos à execução	1353
53.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1353
53.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	1354
53.2.7.5.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1355
53.2.7.5.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa	1359
53.2.7.5.5.	Incompetência absoluta ou relativa	1360
53.3.	Impugnação	1360
53.3.1.	Natureza jurídica	1360
53.3.2.	Matérias alegáveis em sede de impugnação	1361
53.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia	1361
53.3.2.2.	Ilegitimidade de parte	1362
53.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1362
53.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	1363
53.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1363
53.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	1363
53.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença	1364
53.3.3.	Procedimento	1364
53.4.	Exceção e objeção de pré-executividade	1368
53.4.1.	Análise histórica	1368
53.4.2.	Problemas de terminologia	1369
53.4.3.	Defesa executiva atípica	1370
53.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção	1370
53.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade	1372
53.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade	1374

54. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO..... 1377

54.1.	Introdução	1377
54.2.	Suspensão da execução	1377
54.2.1.	Causas gerais de suspensão	1377
54.2.2.	Defesa típica do executado	1379
54.2.3.	Não localização de bens e prescrição intercorrente	1379
54.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado	1382
54.2.5.	Moratória legal	1382
54.3.	Extinção da execução	1382

55. PRECEDENTES JUDICIAIS.....	1385
55.1. Precedente, decisão, jurisprudência e súmula	1385
55.2. Jurisprudência estável, íntegra e coerente	1388
55.2.1. Introdução.....	1388
55.2.2. Dever de uniformização da jurisprudência.....	1388
55.2.3. Jurisprudência estável.....	1390
55.2.4. Jurisprudência íntegra.....	1390
55.2.5. Jurisprudência coerente	1391
55.3. (In)Constitucionalidade do art. 927 do CPC	1391
55.4. Eficácia vinculante.....	1392
55.4.1. Introdução.....	1392
55.4.2. Controle concentrado de constitucionalidade.....	1395
55.4.3. Enunciados de Súmulas Vinculantes	1396
55.4.4. Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no inci- dente de assunção de competência.....	1397
55.4.5. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infra- constitucional.....	1397
55.4.6. Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados	1398
55.4.7. Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa	1398
55.4.8. Cabimento de reclamação	1399
55.5. Precedente brasileiro e precedents na tradição da <i>common law</i>	1401
55.6. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1402
55.7. Fundamentação.....	1404
55.8. Divulgação.....	1405
55.9. Distinção (<i>distinguishing</i>).....	1405
55.10. Superação da tese jurídica (<i>overruling</i>).....	1407
55.10.1. Introdução.....	1407
55.10.2. Motivos para superação	1407
55.10.3. Fundamentação da decisão de superação	1409
55.10.4. Modulação dos efeitos da superação.....	1409
55.10.5. Procedimento.....	1411
56. ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....	1413
56.1. Distribuição.....	1413
56.2. Prevenção.....	1414
56.3. Poderes do relator.....	1415
56.3.1. Introdução.....	1415
56.3.2. Direção do processo.....	1416
56.3.3. Tutela provisória.....	1417
56.3.4. Inadmissibilidade recursal.....	1417

56.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento.....	1418
56.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento.....	1418
56.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	1419
56.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária	1420
56.3.9.	Demais incumbências.....	1420
56.3.10.	Oportunidade de saneamento de vícios.....	1420
56.4.	Fato superveniente.....	1421
56.5.	Ordem no julgamento.....	1422
56.6.	Sustentação oral.....	1423
56.7.	Matérias conhecíveis de ofício.....	1425
56.8.	Formalidades do acórdão.....	1426
56.9.	Julgamento virtual.....	1426
56.10.	Técnica de julgamento substitutiva dos embargos infringentes.....	1427
56.11.	Saneamento de vício.....	1429
57.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1433
57.1.	Cabimento.....	1433
57.2.	Procedimento.....	1436
57.3.	O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?.....	1437
57.4.	Microsistema de formação de precedentes vinculantes	1439
58.	DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1441
58.1.	Controle de constitucionalidade.....	1441
58.2.	Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1442
58.3.	Instauração do incidente	1442
58.4.	Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário.....	1443
58.5.	Não cabimento do incidente.....	1444
58.6.	Procedimento perante o plenário ou órgão especial.....	1445
58.7.	Julgamento.....	1445
59.	CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1447
59.1.	Conceito.....	1447
59.2.	Legitimidade	1449
59.3.	Competência para o julgamento do conflito.....	1449
59.4.	Procedimento.....	1450
60.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	1453
60.1.	Introdução	1453
60.2.	Ação constitutiva necessária?.....	1453
60.3.	Forma processual de homologação.....	1454

60.4.	Decisão interlocutória estrangeira	1455
60.5.	Homologação de sentença arbitral	1455
60.6.	Eficácia em território nacional	1455
60.7.	Decisão estrangeira não judicial	1456
60.8.	Homologação parcial	1456
60.9.	Tutela de urgência	1456
60.10.	Execução fiscal	1457
60.11.	Decisão estrangeira de divórcio consensual	1457
60.12.	Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência	1458
60.13.	Tutela da evidência	1459
60.14.	Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão	1459
60.15.	Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira	1460
60.16.	Competência para a execução	1461
61.	AÇÃO RESCISÓRIA	1463
61.1.	Natureza jurídica	1463
61.2.	Conceito de rescindibilidade	1464
61.3.	Objeto da rescisão	1464
61.3.1.	Decisão de mérito	1464
61.3.2.	Decisão que não é de mérito	1466
61.4.	Hipóteses de cabimento	1468
61.4.1.	Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz	1468
61.4.2.	Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo	1469
61.4.3.	Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	1469
61.4.4.	Ofensa à coisa julgada	1470
61.4.5.	Violação manifesta de norma jurídica	1471
61.4.6.	Prova falsa	1473
61.4.7.	Obtenção de documento novo	1475
61.4.8.	Erro de fato	1477
61.5.	fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito	1478
61.6.	Legitimidade	1479
61.7.	Competência	1482
61.8.	Prazo	1484
61.8.1.	Prazo e termo inicial gerais	1484
61.8.2.	Termos iniciais diferenciados	1486
61.9.	Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado	1487
61.10.	Procedimento	1488
61.10.1.	Petição inicial	1488
61.10.2.	Reações do juiz diante da petição inicial	1491
61.10.3.	Resposta do réu	1491
61.10.4.	Atividade saneadora	1492

61.10.5. Fase probatória	1493
61.10.6. Manifestações finais.....	1493
61.10.7. Julgamento.....	1494

62. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS..... 1495

62.1. Cabimento.....	1495
62.2. Legitimidade para requerer a instauração do incidente.....	1498
62.3. Competência.....	1500
62.4. Divulgação.....	1502
62.5. Sujeitos com legitimidade para participar do incidente	1503
62.6. Instauração.....	1504
62.7. Admissão do incidente.....	1504
62.8. Poderes do relator.....	1508
62.9. Julgamento e seus efeitos	1510
62.10. Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal	1512
62.11. Juizados Especiais.....	1514
62.12. Desistência ou abandono do processo	1515
62.13. Recursos	1516

63. RECLAMAÇÃO 1521

63.1. Natureza jurídica	1521
63.2. Cabimento.....	1524
63.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal.....	1525
63.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	1525
63.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.....	1528
63.2.4. Forma de garantir a observância de súmula vinculante.....	1529
63.2.5. Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência	1531
63.2.6. Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo.....	1532
63.3. Procedimento.....	1533
63.3.1. Introdução.....	1533
63.3.2. Petição inicial	1534
63.3.3. Prazo.....	1536
63.3.4. Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional.....	1537
63.3.5. Reações dos interessados.....	1538
63.3.6. Julgamento.....	1540

64. CONCEITO DE RECURSO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS 1543

64.1. Introdução.....	1543
-----------------------	------

64.1.1.	Sucedâneos recursais internos.....	1545
64.1.1.1.	Reexame necessário.....	1545
64.1.1.2.	Correção parcial.....	1550
64.1.1.3.	Pedido de reconsideração.....	1551
64.1.1.4.	Impugnação e embargos à execução	1552
64.1.2.	Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	1552
64.1.2.1.	Generalidades.....	1552
64.1.2.2.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	1553
65.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	1557
65.1.	Introdução.....	1557
65.2.	Objeto imediato do recurso	1557
65.3.	Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1558
65.4.	Abrangência da matéria impugnada.....	1559
65.5.	Independência ou subordinação.....	1560
66.	EFEITOS RECURSAIS	1565
66.1.	Introdução.....	1565
66.2.	Efeito obstativo	1565
66.3.	Efeito devolutivo	1566
66.4.	Efeito suspensivo.....	1569
66.5.	Efeito translativo.....	1574
66.6.	Efeito expansivo.....	1577
66.7.	Efeito substitutivo.....	1578
66.8.	Efeito regressivo	1579
66.9.	Efeito diferido	1579
67.	PRINCÍPIOS RECURSAIS	1581
67.1.	Duplo grau de jurisdição	1581
67.1.1.	Conceito	1581
67.1.2.	Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	1583
67.1.3.	Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1584
67.1.4.	O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?	1584
67.2.	Taxatividade (legalidade)	1586
67.3.	Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1587
67.4.	Voluntariedade.....	1591
67.5.	Dialeiticidade.....	1592
67.6.	Fungibilidade	1593
67.6.1.	Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	1596
67.6.2.	Inexistência de erro grosseiro.....	1597
67.6.3.	Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor	1598

67.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1599
67.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	1602
67.9.	Complementaridade.....	1603
67.10.	Consumação.....	1604
67.11.	Primazia do julgamento do mérito recursal.....	1605

68. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 1609

68.1.	Introdução.....	1609
68.2.	Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	1611
68.2.1.	Cabimento.....	1611
68.2.2.	Legitimidade recursal.....	1613
68.2.2.1.	Partes.....	1613
68.2.2.2.	Terceiro prejudicado.....	1615
68.2.2.3.	Ministério Público.....	1616
68.2.3.	Interesse recursal.....	1617
68.2.3.1.	Necessidade.....	1617
68.2.3.2.	Adequação.....	1623
68.2.4.	Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer....	1623
68.2.4.1.	Desistência.....	1623
68.2.4.2.	Renúncia.....	1626
68.2.4.3.	Aquiescência.....	1626
68.3.	Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	1627
68.3.1.	Tempestividade.....	1627
68.3.2.	Preparo.....	1634
68.3.3.	Regularidade formal.....	1638

69. JUÍZO DE MÉRITO 1641

69.1.	Introdução.....	1641
69.2.	Causa de pedir: <i>error in procedendo e error in iudicando</i>	1641
69.3.	Pedido.....	1642
69.4.	Esclarecimento e integração.....	1643

70. APELAÇÃO..... 1645

70.1.	Cabimento.....	1645
70.2.	Objeto da impugnação.....	1646
70.3.	Procedimento.....	1650
70.3.1.	Introdução.....	1650
70.3.2.	Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	1652
70.3.3.	Procedimento no tribunal de segundo grau.....	1654
70.4.	Novas questões de fato.....	1654
70.5.	Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação.....	1656

70.5.1.	Introdução.....	1656
70.5.2.	Teoria da causa madura.....	1657
70.5.3.	Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal.....	1660

71. AGRAVO..... 1663

71.1.	Introdução.....	1663
71.2.	Agravo de instrumento.....	1664
71.2.1.	Cabimento.....	1664
71.2.2.	Instrução do agravo de instrumento – peças processuais.....	1676
71.2.2.1.	Peças obrigatórias.....	1678
71.2.2.2.	Peças facultativas.....	1679
71.2.2.3.	Peças essenciais.....	1680
71.2.3.	Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1681
71.2.4.	Procedimento.....	1683
71.2.4.1.	Propositura.....	1683
71.2.4.2.	Distribuição.....	1684
71.2.4.3.	Negativa de seguimento liminar.....	1684
71.2.4.4.	Tutela de urgência.....	1685
71.2.4.5.	Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões.....	1687
71.2.4.6.	Oitiva do Ministério Público.....	1689
71.2.4.7.	Julgamento do agravo.....	1689
71.2.4.8.	Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença.....	1690
71.3.	Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	1692
71.3.1.	Agravo interno.....	1692
71.3.1.1.	Cabimento.....	1692
71.3.1.2.	Procedimento.....	1693
71.3.2.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1699

72. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO..... 1703

72.1.	Natureza jurídica.....	1703
72.2.	Cabimento.....	1705
72.2.1.	Pronunciamentos recorríveis.....	1705
72.2.2.	Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	1706
72.3.	Procedimento.....	1709
72.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	1712
72.4.1.	Embargos de declaração intempestivos.....	1713
72.4.2.	Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios.....	1713
72.5.	Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i>	1714
72.6.	Manifesto caráter protelatório.....	1715

72.7.	Embargos de declaração atípicos.....	1717
72.7.1.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1718
72.7.2.	Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1719
73.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1721
73.1.	Introdução.....	1721
73.2.	Cabimento.....	1724
73.2.1.	Processos internacionais	1724
73.2.2.	Recurso ordinário em mandado de segurança.....	1725
73.2.3.	Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	1725
74.	RECURSO ESPECIAL	1727
74.1.	Hipóteses de cabimento.....	1727
74.1.1.	Pressupostos cumulativos	1727
74.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1727
74.1.1.2.	Decisão proferida por tribunal.....	1728
74.1.1.3.	Prequestionamento.....	1731
74.1.2.	Pressupostos alternativos.....	1733
74.1.2.1.	Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	1733
74.1.2.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1734
74.1.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1735
75.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1737
75.1.	Hipóteses de cabimento.....	1737
75.1.1.	Pressupostos cumulativos	1737
75.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1737
75.1.1.2.	Prequestionamento.....	1738
75.1.1.3.	Repercussão geral.....	1740
75.1.2.	Requisitos específicos.....	1748
75.1.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1748
75.1.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1749
75.1.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1749
75.1.2.4.	Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	1750
76.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	1751
76.1.	Procedimento.....	1751
76.2.	Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1756

76.3.	Efeitos dos recursos federais.....	1758
76.3.1.	Efeito devolutivo.....	1758
76.3.2.	Efeito suspensivo.....	1760
76.4.	Julgamento por amostragem.....	1761
76.4.1.	Cabimento.....	1761
76.4.2.	Instauração.....	1762
76.4.3.	Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica.....	1764
76.4.4.	Procedimento.....	1768
76.4.5.	Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento.....	1770
77.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1775
77.1.	Introdução.....	1775
77.2.	Cabimento.....	1775
77.2.1.	Acórdão embargado.....	1778
77.2.2.	Acórdão paradigma.....	1779
77.3.	Procedimento.....	1780
78.	LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1781
78.1.	<i>Vacatio legis</i>	1781
78.2.	Aplicação imediata.....	1782
78.3.	Procedimento sumário e procedimentos especiais.....	1783
78.4.	Direito probatório.....	1784
78.5.	Direito de preferência.....	1785
78.6.	Procedimento comum.....	1786
78.7.	Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico.....	1786
78.8.	Insolvência civil.....	1788
78.9.	Atos processuais eletrônicos.....	1788
78.10.	Depósitos em dinheiro.....	1789
78.11.	Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.....	1789
78.12.	Preparo recursal na Justiça Federal.....	1789
78.13.	Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença.....	1790
78.14.	Juizados especiais.....	1790
78.15.	Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral.....	1791
78.16.	Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1793
78.17.	Usucapião extrajudicial.....	1793
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1797